

12. Ratificação de Protocolo “Condições de Contratação e Funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente” e proposta de reforço de dotação para a constituição de 3ª Equipa de Intervenção Permanente nos Bombeiros Voluntários de Braga para os anos de 2023 e 2024.

Propõe-se que o Sr. Presidente, em harmonia com as atribuições e competências previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, profira despacho no sentido de:

- a) Ratificar a celebração do protocolo para a constituição da 3ª equipa de intervenção permanente;
- b) Aprovar alocar ao mencionado programa o reforço de dotação de €40 000 (quarenta mil euros), para o ano de 2023, €50 000 (cinquenta mil euros) para 2024;
- c) Submeter, para aprovação, a presente proposta à próxima reunião do Executivo Municipal, nos termos do referido artigo 35º, nº 3, da Lei nº 75/2013.

Assunto: PROTOCOLO PARA A CONSTITUIÇÃO DE 3ª EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA E BENEFICIENTE DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE BRAGA

Em maio de 2018 foi assinado o protocolo que possibilitou a criação de uma Equipa de Intervenção Permanente (EIP) nos Bombeiros Voluntários de Braga.

É inquestionável que a constituição desta equipa nos Bombeiros Voluntários de Braga, representou um aumento na operacionalidade do Corpo de Bombeiros e consequentemente na capacidade de socorro às populações pelo que, no seguimento da abertura de nova fase de candidatura, o Município de Braga prontamente remeteu à Associação Humanitária e Beneficiente dos Bombeiros Voluntários de Braga, a sua total disponibilidade para suportar, nos moldes previstos (50% dos encargos financeiros), a constituição de uma 2ª EIP.

Decorridos 5 anos desde o início de um processo que se tem revelado determinante na garantia de prestação de socorro às populações, tendo em conta que estas equipas têm a exclusiva missão de assegurar, em permanência, serviços de socorro às populações nos termos do artigo 2º da Portaria nº 1358/2007, de 15 de outubro, na redação atual, o Município de Braga assume novamente o compromisso de acompanhar a evolução que se tem vindo a verificar no concelho, nomeadamente o aumento da população residente, levando a um aumento dos riscos e consequentemente a necessidade de maior capacidade de resposta operacional dos Bombeiros Voluntários de Braga, concretizada na constituição de uma terceira (3ª) Equipa de Intervenção Permanente (EIP).

Neste sentido, tenho a honra de propor ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, remeter para ratificação em reunião de Câmara, a assinatura do protocolo em anexo, bem como a dotação dos meios financeiros necessários, de forma possibilitar a entrada em funcionamento da EIP a 1 de junho.

A transferência mensal correspondente às EIP em funcionamento (2) é, desde janeiro de 2023, de €6 835.99, passando a partir de junho a ser de €10 253.98 (3 EIP).

Assim, considerando ainda que:

Constituem atribuições dos municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, dispondo de atribuições, designadamente no domínio da saúde, proteção civil e ambiente, nos termos do n.º 1 e das alíneas g), j) e k) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Encontram-se inseridas nas competências materiais da câmara municipal, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o apoio as atividades de interesse para o município;

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.



Nestes termos,

Face ao exposto, propõe-se que o Sr. Presidente, em harmonia com as atribuições e competências previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, profira despacho no sentido de:

- a) Ratificar a celebração do protocolo para a constituição da 3ª equipa de intervenção permanente;
- b) Aprovar alocar ao mencionado programa o reforço de dotação de €40 000 (quarenta mil euros), para o ano de 2023, €50 000 (cinquenta mil euros) para 2024.
- c) Submeter, para aprovação, a presente proposta à próxima reunião do Executivo Municipal, nos termos do referido artigo 35º, nº 3, da Lei nº 75/2013.

Braga, 10 de maio de 2023

DMG – DF -Divisão de Contabilidade informa que:

A despesa, no valor de € _____, tem enquadramento orçamental em (ano) 2023 na Orgânica _____ Rúbrica Económica _____ Projeto/Ação _____.

A Chefe da Divisão de Contabilidade,

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.

[illegible]

**AUTORIDADE NACIONAL
DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL**

CC:
Presidente da AHBV de Braga

Registro A/R

Ex.mo Senhor
Câmara Municipal de Braga
Praça do Município
4704 - 514 Braga

V. REF.

V. DATA

N. REF.

OF/2564/Cavd/2023

N. DATA

31-03-2023

ASSUNTO

Protocolo - Condições de Contratação e Funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente

Exmo. Senhor Presidente da Câmara,

Para conhecimento e devidos efeitos, junto remeto a V. Exa um (1) exemplar do Protocolo de criação da 3ª Equipe de Intervenção Permanente (EIP), devidamente assinado e homologado.

Com os melhores cumprimentos,

O 2º Comandante Regional de Emergência e Proteção Civil do Norte

AS/EO

Anexo: 1 exemplar do Protocolo.



AUTORIDADE NACIONAL
DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL



PROTOCOLO CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE

Considerando que,

O n.º 5 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 248/2012, de 21 de novembro, prevê que, nos municípios em que se justifique, os corpos de bombeiros voluntários ou mistos detidos pelas associações humanitárias de bombeiros podem dispor de equipas de intervenção permanente (EIP), cuja composição e funcionamento é definida pela Portaria n.º 322/2021, de 29 de dezembro.

No âmbito do objetivo “Melhorar a eficiência da proteção civil e as condições de prevenção e socorro” do Programa do XXI Governo Constitucional, prevê-se a melhoria e eficiência da proteção civil e das condições de prevenção e socorro face a acidentes e catástrofes, designadamente mediante a valorização das associações e dos corpos de bombeiros voluntários, enquanto verdadeiros pilares do sistema de proteção e socorro, através do reforço dos incentivos ao voluntariado, do apoio ao funcionamento e ao equipamento e do pleno aproveitamento das capacidades operacionais e de comando.

Por outro lado, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 157-A/2017 de 27 de Outubro veio consagrar um conjunto de medidas sólidas que configuram uma reforma sistémica na prevenção e combate aos incêndios florestais e que se estendem a outras áreas de proteção e socorro.

Neste âmbito, é valorizada e reforçada a profissionalização dos operacionais promovendo o desenvolvimento gradual, entre outras, das Equipas de Intervenção Permanente em parceria com os municípios e com as associações humanitárias de bombeiros garantindo prontidão na resposta às ocorrências que impliquem intervenções de socorro às populações e de defesa dos seus bens.

A Portaria n.º 322/2021, de 29 de dezembro, dispõe que as condições de contratação e funcionamento da EIP são estabelecidas em protocolo a subscrever entre a ANEPC, a respetiva câmara municipal e a associação humanitária de bombeiros.

Entre:

Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), pessoa coletiva nº 600082490, com sede na Avenida do Forte, 2794-112 Carnaxide, neste ato devidamente representada pelo Presidente, Brigadeiro-General José Manuel Duarte da Costa;

O

Município de Braga, pessoa coletiva nº 506901173, com sede na Praça do Município, 4700-435 Braga, neste ato devidamente representado pelo, Presidente da Câmara, Ricardo Rio;

e

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Braga, pessoa coletiva nº 501143637, com sede no Largo Paulo Orósio - 4700-036 Braga, neste ato devidamente representado pelo, Presidente da Direção, António Miguel Fernandes Ferreira.

É celebrado o presente protocolo que se rege nos termos e condições das cláusulas seguintes:



AUTORIDADE NACIONAL
DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL



Cláusula Primeira (Objeto)

1. O presente Protocolo regula as condições de contratação, funcionamento e manutenção pela AHBV de Braga, de elementos que integram a EIP.
2. O clausulado dos contratos a celebrar entre a AHBV de Braga e os elementos que integram a EIP deve obedecer estritamente às condições estabelecidas no presente Protocolo.

Cláusula Segunda (Funcionamento da EIP)

1. Nos termos do presente protocolo, a EIP tem a exclusiva missão de assegurar, em permanência, serviços de socorro às populações, nos termos do artigo 2.º da Portaria n.º 322/2021, de 29 de dezembro.
2. A EIP exerce a sua missão de forma permanente, todos os dias úteis, por um período semanal de 40 (quarenta) horas, de acordo com um plano de horário elaborado pelo presidente da Direção, sob proposta do comandante do corpo de bombeiros.
3. O plano de horário é homologado pelo Comandante Operacional Distrital.
4. A EIP é constituída por 5 (cinco) bombeiros em regime de permanência.
5. A área de atuação da EIP é a prevista nos n.ºs 1 e 2, do artigo 4.º, da Portaria n.º 322/2021, de 29 de dezembro.

Cláusula Terceira (Contrato Individual de trabalho)

1. Com os elementos da EIP que vierem a ser selecionados é celebrado um contrato individual de trabalho, nos termos do artigo 14.º da Portaria n.º 322/2021, de 29 de dezembro.
2. Os elementos da EIP têm um horário de trabalho de 40 horas semanais.
3. O pessoal da EIP desenvolve a sua atividade em regime de exclusividade e está sujeito ao dever de permanência durante o período considerado de serviço, ficando sob a dependência operacional do Comandante do Corpo de Bombeiros.
4. Para todos os efeitos legais, o local de trabalho a considerar durante a execução do contrato será o Corpo de Bombeiros da AHBV de Braga.

Cláusula Quarta (Avaliação)

1. Os elementos da EIP realizam anualmente provas de reavaliação da manutenção das condições de aptidão física, clínica e psicológica, a verificar através de exames efetuados para o efeito pela ANEPC.
2. Os elementos da EIP devem igualmente obter uma apreciação favorável, relativamente ao desempenho das respetivas funções, que será efetuada pelo Comandante do Corpo de Bombeiros e tendo em consideração a informação prestada pela AHBV de Braga.



AUTORIDADE NACIONAL
DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL



Cláusula Quinta (Direitos dos elementos da EIP)

1. A remuneração base mensal é estabelecida em 757,01 € (setecentos e cinquenta e sete euros e um centimo) ilíquidos, correspondente ao nível 6 da tabela remuneratória única aplicável à Administração Pública, sendo atualizável anualmente na mesma percentagem do aumento que se verificar para os salários dos trabalhadores da Administração Pública.
2. O pessoal contratado tem direito a subsídio de férias e de Natal, de montante equivalente à remuneração base ou ao seu proporcional, de acordo com a legislação em vigor, pago com o vencimento dos meses de Junho e Novembro, respetivamente.
3. É devido subsídio de refeição pelos dias de prestação de serviço efetivo, no montante equivalente ao estabelecido para a função pública e que no presente ano económico é de 5,20€ (cinco euros e vinte centimos) por dia.
4. Relativamente ao elemento que exerça funções de chefia da EIP, é devido um suplemento mensal, correspondente a 25% sobre o valor base referido no n.º 1 desta Cláusula.
5. A atribuição do suplemento de chefia depende do exercício efetivo das funções.
6. Sobre o vencimento mensal são efetuados os descontos legalmente previstos.

Cláusula Sexta (Obrigações das partes)

1. Compete à AHBV de Braga,
 - a) Celebrar os contratos individuais de trabalho, nos termos do artigo 14.º da Portaria n.º 322/2021, de 29 de dezembro;
 - b) Celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho relativo ao pessoal contratado;
 - c) Proceder ao processamento e pagamento dos vencimentos ao pessoal contratado, nos termos da lei;
 - d) Efetuar o pagamento das contribuições definidas por lei junto das entidades competentes;
 - e) Facultar à ANEPC e ao Município de Braga, todos os elementos e informações necessárias, relativamente ao pessoal contratado e à execução dos contratos.
 - f) Garantir a disponibilidade de um piquete constituído por um número mínimo de 5 (cinco) bombeiros, através do recrutamento de elementos voluntários, para assegurar as missões de socorro previstas nesta cláusula, fora dos períodos de funcionamento da EIP, de acordo com o previsto nos artigos 8.º, 9.º e 11.º da Portaria n.º 322/2021, de 29 de dezembro.
2. As partes obrigam-se ainda a facultar mutuamente toda a informação que possa ter relevância para boa execução do presente Protocolo.
3. A ANEPC e o Município de Braga participam em partes iguais nos custos decorrentes da remuneração dos elementos da EIP, atribuindo à AHBV de Braga, mensalmente e a título de subsídio, por cada elemento contratado, o respetivo valor, bem como demais encargos relativos ao regime de segurança social e seguros de acidentes de trabalho.
4. A ANEPC não suporta quaisquer outros encargos suplementares, para além do estritamente previsto neste Protocolo.



AUTORIDADE NACIONAL
DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL



Cláusula Sétima (Omissões)

Em tudo em que o presente Protocolo for omissivo é aplicável o disposto na Portaria n.º 322/2021, de 29 de dezembro e demais legislação em vigor.

Cláusula Oitava (Alterações ao protocolo)

1. O presente Protocolo pode ser alterado por acordo das partes, o qual terá que ser reduzido a escrito, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias sobre a data da sua renovação.
2. Quaisquer alterações ao clausulado do presente Protocolo só entram em vigor após homologação de Sua Excelência o Ministro da Administração Interna.

Cláusula Nona (Resolução)

1. Qualquer das partes pode denunciar o presente Protocolo, desde que comunique tal intenção às outras, por carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, relativamente ao seu termo ou do termo de qualquer das suas renovações.
2. A denúncia do Protocolo nos termos do número anterior não confere às partes o direito ou a obrigação de indemnizar as outras.
3. O presente Protocolo pode ser rescindido por qualquer das partes, em caso de incumprimento pelas outras, de quaisquer obrigações dele decorrente.
4. A ANEPC e o Município de Braga podem suspender o financiamento previsto no n.º 3 da cláusula sexta, no caso de incumprimento pela AHBV de Braga, dos termos e condições do presente Protocolo.
5. O incumprimento das cláusulas previstas no presente Protocolo por qualquer das partes confere às outras o direito de serem ressarcidas pelos danos causados, nos termos da lei.

Cláusula Décima (Vigência do protocolo)

Este protocolo é válido por um período de 3 (três) anos e renovável automática e sucessivamente por igual período caso não seja resolvido por qualquer das partes nos termos da cláusula nona.

Cláusula Décima-Primeira (Homologação)

O presente protocolo está sujeito a homologação de Sua Excelência o Ministro da Administração Interna.



AUTORIDADE NACIONAL
DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL



**Cláusula Décima-Segunda
(Entrada em vigor)**

O presente protocolo produz efeitos a partir da data da homologação.

Feito em quadruplicado, destinando-se um exemplar a cada uma das partes e outro à entidade homologante.